

# Jornal do SindCt

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

## AERONÁUTICA CRITICA PNAE E QUER TROCAR ATUAL GOVERNANÇA DO PEB

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Em depoimento à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Nivaldo Rossato, criticou o Plano Nacional de Atividades

Espaciais (PNAE) por “não atender às demandas” e por “dispersão de recursos”; classificou como “errada” a atual governança do Programa Espacial Brasileiro (PEB), propondo que ela seja confiada ao futuro Conselho Nacional de Espaço; e definiu os projetos da família VLS como “impossíveis de serem recuperados face à defasagem tecnológica”. *Editorial e p. 4 e 5*

## A TRAGÉDIA DE CARAGUÁ, 50 ANOS DEPOIS Página 3

Fotos: Folhapress



**CIÊNCIA E TECNOLOGIA** Página 3

**ITA contrata de uma só vez 60 professores e amplia Pós-Graduação**

**BRASIL** Páginas 8 e 9

**Onda conservadora e até ameaça de golpe militar chocam e assustam país**

**NOSSA CIDADE** Páginas 10 e 11

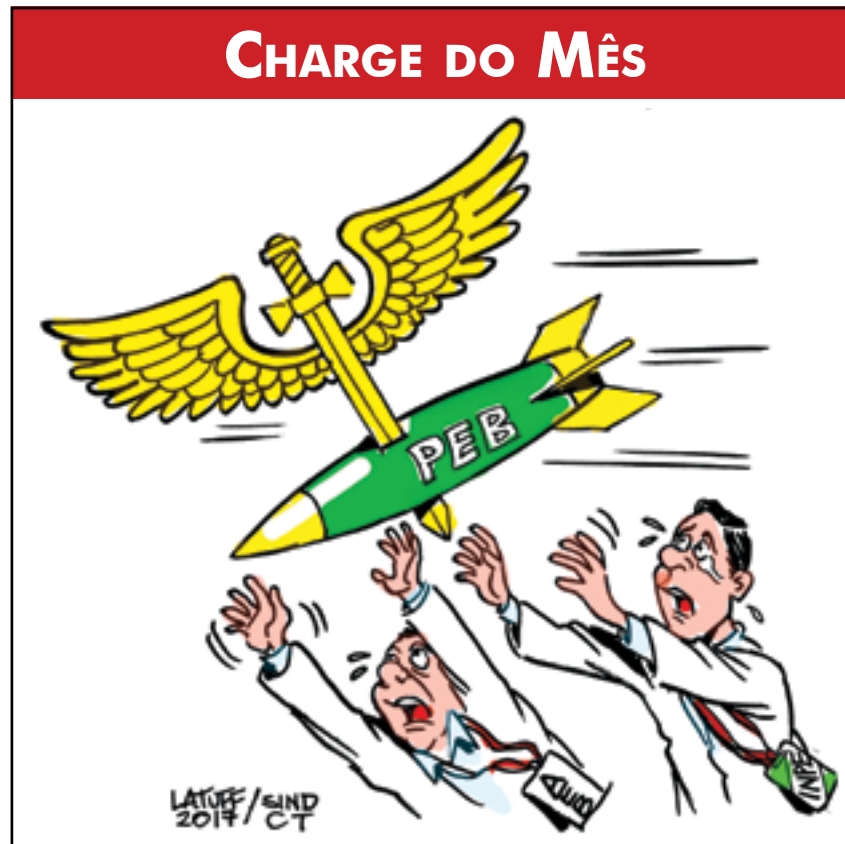
**“Resgatando Vidas” e Estação Galpão abrem novas perspectivas**

# “Fogo amigo” contra o PNAE?

Ao prestar depoimento à CCT do Senado em 16 de agosto, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, abriu as baterias contra o modelo de governança do Programa Espacial Brasileiro (PEB), afirmando haver falta de harmonia entre os programas ligados ao Plano Nacional de Atividades Espaciais (PNAE, civil, a cargo da Agência Espacial Brasileira-AEB), de um lado, e aqueles vinculados ao Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE, coordenado pela própria Aeronáutica), de outro lado. Declarou que o PNAE “não atende demandas” e provoca “dispersão de recursos”.

Ocorre que estes programas não são harmônicos, não por problemas na governança do PEB, que de fato existem, mas porque têm origens totalmente diferentes, tanto no método, quanto no tempo. Enquanto o PNAE teve sua primeira edição lançada em 1996, acumulando tudo o que fora realizado na área espacial no país desde o primórdios do PEB na década de 1960, o PESE só foi criado em 2012, a partir de necessidades específicas das áreas militares.

Enquanto as várias versões



do PNAE (atualmente na quarta edição) foram elaboradas ouvindo-se a sociedade por meio dos vários atores do PEB, o PESE foi concebido pelas FFAA, para atender a demandas das FFAA. Neste sentido, caso a Aeronáutica almeje uma união entre estes dois programas, não deve caber ao PNAE adequar-se ao PESE,

mas sim o contrário. Afinal, o PESE possui um viés operacional, visando mais o produto e menos os meios necessários para se obtê-lo, abordagem exatamente oposta à utilizada pelo PNAE, que almeja antes de tudo a conquista do domínio da tecnologia de acesso ao espaço.

Na apresentação, o coman-

dante critica os projetos dos Veículos Lançadores de Satélites (VLS), sob a responsabilidade da própria Aeronáutica, definindo-os como “impossíveis de serem recuperados face à defasagem tecnológica”, atribuindo esta defasagem, entre outras coisas, à falta de recursos continuados. Neste aspecto ele entra em contradição: ora diz que os VLS não avançaram por falta de recursos, ora tenta explicar por que não conseguia executar os recursos que o governo garantia a esses programas anualmente.

Por fim, após elogiar o satélite SGDC, afirmando que ele irá aumentar a capacidade de prover Internet em banda larga a todo o território nacional, foi obrigado a reconhecer que esta capacidade do satélite não está sendo utilizada por absoluta falta de planejamento das autoridades. Que se esqueceram do detalhe de que, para funcionar, o SGDC precisa se comunicar com estações de recepção em solo, estações estas que não se sabe quando serão construídas. Enquanto isso, a vida útil do satélite vai se esvaindo!

## NOTA DE PESAR

# Trágico falecimento do professor Cancellier

Com grande pesar, notificamos a morte do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, irmão do servidor do INPE e diretor, por vários mandatos, do SindCT, Acioli de Olivo.

A morte do professor Cancellier, reitor da UFSC, ocorre em meio a fortes comoções, causadas por acusações a que qualquer cidadão sentado em cadeira semelhante poderia ser submetido, mas cujas investigações jamais poderiam ter sido conduzidas de forma tão arbitrária e

ofensiva, a ponto de lhe destruírem a reputação, causarem profunda desmoralização e pesar.

A sua morte talvez tenha sido o extremo ato de sacrifício que clama por bom senso, pelo fim das espetaculares operações de prisões arbitrárias, de nomes pomposos, que não visam o senso de justiça propriamente dito, mas que resultam de pruridos exibicionistas, na busca implacável de fama, mesmo à custa da difamação, prescindindo da ética, do respeito, do zelo

pela reputação alheia.

Esperamos que haja apuração de responsabilidades, que o país se debruce sobre esta tragédia e a sociedade ache as formas de proteger cidadãos da tirania que se instala no país e que produziu esta triste página da nossa história.

O SindCT, sua direção atual e a eleita, seus funcionários e amigos, empenham solidariedade e apoio ao companheiro Acioli, à família e aos amigos do professor Cancellier.

ENSINO SUPERIOR

# Aberto concurso para 60 professores, agora comunidade aguarda a expansão do ITA

**A chegada de novos docentes ao campus do instituto não garante, ao menos de imediato, maior abertura de vagas para alunos, ampliação do vestibular e mesmo melhoria correspondente da estrutura física**

**Antonio Biondi e Napoleão de Almeida\***

Quatro anos após o último concurso, quando abriu 13 vagas no corpo docente, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) anunciou, na última semana de setembro, a abertura de 60 vagas em concurso público para professores. O prazo das inscrições é de 2 a 31 de outubro. O edital do concurso prevê salários de R\$ 4.455,22 para professores Adjunto A e Assistente A, com retribuição por titulação de R\$ 5.130,45 (se Doutorado) ou R\$ 2.172,21 (se Mestrado). O edital, lançado discretamente, está disponível no site do ITA.

A medida, sem sombra de dúvidas de grande importância, não garante, ao menos de imediato, uma maior abertura de vagas para alunos, com ampliação do vestibular e a correspondente melhoria na estrutura do instituto. Tendo sua expansão planejada ainda no governo Dilma Rousseff, o ITA recebeu do Ministério da Educação (MEC) a quantia de R\$ 53,4 milhões para a construção de um novo prédio destinado a salas de aulas, e tem previsão de construir mais um alojamento, com investi-



mentos num total de R\$ 300 milhões. A construção desse alojamento é uma das obras de infraestrutura pendentes, que ainda não permitem que a expansão prometida se concretize já após o concurso.

Baseado no modelo de ensino norte-americano, com um projeto inspirado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), o ITA prevê integração total entre aluno, professor e infraestrutura, quando docentes e discentes vierem a residir no campus. “É o diferente, possibilita que o aluno tenha um contato grande com a instituição. Antigamente o professor também morava no campus. Hoje não mais. Uma das partes mais importantes é o alojamento, que não começou a ser feito”, relatou ao *Jornal do SindCT* Arthur Covatti, presidente do Centro Acadêmico Santos Dumont (CASD).

Atualmente, cerca de 700 alunos estão matriculados no ITA. A promessa é que o prédio com salas de aulas fique pronto até o final do ano, com dois anos de atraso em relação ao cro-



**Operários trabalham nas novas instalações**

nograma inicial, tal qual o concurso, anunciado para 2015, mas somente agora aprovado e com inscrições abertas. À época, a previsão era de que o quadro de professores aumentasse de 147 para 207, com salto para 300 até 2019. “Lugares que há 20 anos tinham dois técnicos hoje têm um só. Departamentos com falta de professores, como o de Matemática, justamente um destaque”, constata Covatti.

## Preocupação

Em entrevista ao *Jornal do SindCT* (edição 47, de maio de 2016), o reitor do ITA, Anderson Correia, falou da preocupação de não ampliar o número de vagas no vestibular sem

que mais professores ou a infraestrutura montada já estivessem à disposição: “Não posso colocar mais aviões na pista do que a capacidade do aeroporto, correto? Da mesma forma, colocar mais alunos sem ter a quantidade de professores correspondente gera prejuízo ao ensino, às atividades nos laboratórios etc. Pretendemos trabalhar pela ampliação do número de vagas, mas mantendo a qualidade dos cursos”. Covatti, por sua vez, não imagina um número maior de vagas no vestibular até que o novo alojamento esteja de pé.

Na avaliação do CASD, a relação com a Reitoria é positiva. “O ambiente de convivência é para melhor. Os alunos estão conseguindo levar

vidas um pouco mais saudáveis e aumentou um pouco a integração dos alunos com o resto das pessoas que vivem no DCTA [Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial]”, comenta o dirigente estudantil, lembrando que no espaço do ITA os estudantes convivem também com técnicos e profissionais do DCTA.

Entre os alunos há, porém, uma queixa: contestam a obrigatoriedade de ingressar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), que funciona como uma espécie de “quarentena” imposta aos alunos recém-aprovados. Desde o último vestibular, em 2016, todos os alunos precisam decidir se pretendem ser militares da ativa ou reserva (sem direito a alteração posterior de opção) e cursar por 40 dias o CPOR. Trata-se de uma tentativa de retenção de profissionais na carreira militar a partir do ITA. A informação é de que a Aeronáutica julga que o número de baixas nos cursos da instituição é grande.

Até o fechamento da edição, a reportagem não conseguiu respostas da Reitoria do ITA a alguns questionamentos necessários à matéria. Procurada, a assessoria de imprensa do MEC alegou que o instituto não é vinculado à pasta (embora as verbas para a expansão tenham o MEC como origem). A assessoria de comunicação da Aeronáutica, por seu turno, comprometeu-se a retornar ao pedido de entrevista somente na 1ª semana de outubro, portanto depois do fechamento desta edição.

*\*Jornalista, especial para o Jornal do SindCT*

Fernanda Soares

GT PROPÕS CRIAÇÃO DE CONSELHO INTERMINISTERIAL E COMITÊ EXECUTIVO

# Aeronáutica quer mudar o Programa Espacial e implantar nova governança

**Na visão do comandante da FAB, tenente-brigadeiro Nivaldo Rossato, falta harmonia entre o PEB e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). “Existe um modelo de governança errado”, disse ele a uma comissão do Senado**

**Pedro Biondi\***

O governo federal segue operando em busca da reestruturação do Programa Espacial Brasileiro (PEB). O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, tratou abertamente desse plano em audiência realizada no Senado Federal no dia 26 de setembro. Falando à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Rossato atribuiu os problemas da área ao atual modelo de governança e defendeu mudança que, segundo informou, está em tramitação.

De acordo com a fala do oficial-general, amparada em apresentação de PowerPoint, falta harmonia entre o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), liderado pela Aeronáutica.

Rossato listou o que se-



### Programas Espaciais - Investimentos

PAÍS	ORÇAMENTO PROGRAMA ESPACIAL (Bilhões US\$)	% PIB
EUA	40,0	0,21
RÚSSIA	3,0	0,15
CHINA	3,0	0,03
ÍNDIA	1,2	0,06
ARGENTINA	1,2	0,20
BRASIL	0,1	0,006

Fonte: vários (Internet), 2017.

Nesta página e na seguinte reproduzimos alguns dos slides exibidos no Senado pelo brigadeiro Rossato

riam as falhas estruturais do conjunto: falta de direcionamento estratégico e de prioridade, ações descentralizadas nas demandas por produtos, deficiência em recursos humanos. “Existe um modelo de governança errado. Ele não está adequado”, pontuou. “Nossa proposta é uma mudança do modelo atual.

Simples assim? Sim. Talvez eu esteja sendo muito sintético, mas como diz uma regra, na guerra só dá certo o que é simples”.

O palestrante, que comanda a Força Aérea Brasileira desde janeiro de 2015, no início do segundo governo de Dilma Rousseff, detalhou proposta apresentada por um grupo de

trabalho (GT) interministerial, criado em outubro daquele ano para assessorar temporariamente os ministros da Defesa e da Ciência, Tecnologia e Inovação — à época, Jaques Wagner e Aldo Rebelo.

Ele recordou a principal recomendação do GT: criar o Conselho Nacional de Espaço e o Comitê Exe-

cutivo de Espaço. “Esse comitê trabalharia em cima dos programas, da política, do orçamento e dos acordos que deveriam ser feitos. Ele teria toda essa definição do que queremos do nosso espaço”, explicou. Segundo seu relato, as proposições seguiriam para o Conselho, constituído pelas pastas da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Defesa, Planejamento e Casa Civil.

“Tomariam a decisão e essa decisão viria para dentro da AEB, para dentro do Comando da Aeronáutica, do INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] ou de outros entes envolvidos, para execução desse orçamento de acordo com os projetos que fossem priorizados”. A AEB, acrescentou, “teria um orçamento interno e seria responsável por toda a execução de acordos com outros países, com outras companhias do mundo inteiro”.

## Contraponto (1)

O secretário de Comunicação e Cultura do SindCT, Gino Genaro, considera que o PESE não pode ser confundido com o Programa Espacial Brasileiro, cujas diretrizes são dadas pelo PNAE. “Enquanto o PESE tem cunho operacional e volta-se às necessidades militares em comunicações, imageamento, meteorologia etc., o PNAE visa o desenvolvimento e a busca da autonomia nacional no uso do espaço, por meio de bases

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

de lançamento, veículos lançadores e satélites projetados e fabricados no país”, diferencia.

Genaro relativiza o caráter dual atribuído às iniciativas do PESE: “Talvez seja uma tentativa de obter mais apoio no governo e no Congresso, mas o programa possui claramente um objetivo estratégico ligado à área de Defesa e é conduzido pelas Forças Armadas, ao passo que o PNAE é, por definição, eminentemente civil”.

Quanto à aventada mudança de governança, Genaro pondera que pode ser positiva e garantir à área o *status* de política de Estado. “Agora, é preciso saber em detalhe como serão a composição e o funcionamento do Conselho. O assunto vem sendo tratado de maneira muito fechada, sem a devida participação de todos os atores do setor. Mesmo as conclusões do GT nunca foram oficialmente tornadas públicas”, diz.

**Tarjas**

Em sua fala aos senadores, o brigadeiro Rossato apresentou lâminas que alertam para a ultrapassagem do Brasil na área por países da América do Sul e para o orçamentário dedicado, muito inferior ao de Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Argentina tanto em termos absolutos como relativos.

“Nós podemos dizer nesse diagnóstico que os recursos foram inconstantes e não foram priorizados”, criticou. O gráfico sobre os recursos aplicados, no entanto, mostra crescimento quase constante do valor total nos governos de Lula. Nos mandatos de sua sucessora, queda livre, que, continuada no período Temer, faz a curva regredir ao patamar de 2003.



A sequência de slides crava tarjas vermelhas com comentários negativos sobre o quadro de investimentos do PNAE, o Veículo Lançador de Satélites (VLS, dado ali como irre recuperável), a parceria binacional da extinta Alcântara Cyclone Space e o acordo com a NASA para uso da Estação Espacial Internacional.

Da exposição consta, ainda, a transformação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) em “Centro Espacial”,

com o destaque “Elevado potencial para comercialização de operações de lançamento” e mapa que exibe a expansão pretendida pelo Ministério da Defesa na franja litorânea da península maranhense, em localidade também reconhecida como território quilombola (conforme relatado no *Jornal do SindCT*, ed. 60). Na descrição da estratégia para o fortalecimento do PEB, um dos itens é a aprovação de acordos de salvaguardas tecnológicas (de

proteção comercial) com diversos países.

**Contraponto (2)**

O presidente do SindCT, Ivanil Elisiário, questiona as soluções em andamento para o PEB. “Uma reestruturação como essa tem de considerar de forma prioritária a revitalização dos institutos públicos de pesquisa”, diz. “Estão em pleno processo de extinção, e a indústria não tem maturidade para assumir um programa in-

dependente deles.”

Ivanil avalia como “um equívoco muito grande” a possibilidade de privatizar um setor que o Estado brasileiro ainda não domina. Ele defende que o investimento público garanta a sustentabilidade econômica, como indutor, para chegar a uma escala de projetos que permita “transbordar” para a iniciativa privada e aí consolidar um parque industrial nessa especialidade.

Outra preocupação levantada é a falta de projetos mobilizadores — desafios tecnológicos capazes de gerar orçamento e nuclear postos de trabalho. “O IAE está sem projeto mobilizador”, observa. “O VLM [Veículo Lançador de Microsatélites] não é um. Sem o DLR [agência espacial alemã], não teria futuro. O INPE, com o fim da série CBERS, também ficará sem”.

O dirigente alerta para a perda de força de trabalho nas unidades que executam o Programa Espacial. “Em 1987, éramos 4.100. Hoje somos 1.600”, diz referindo-se ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). “Em 2020, com base na idade e no tempo de contribuição dos servidores, a estimativa é que seremos apenas 890. No INPE, o quadro passou de 2.080 para 920, e deve cair para 520”.

Caso se concretize o loteamento de “fatias” do atual CLA para outros países, Ivanil chama atenção para a importância de garantir contrato de locação e a destinação do montante arrecadado ao próprio PEB. “Mas é algo que não existe hoje. Tudo que explora utilidades brasileiras vai para o caixa do Tesouro”, ressalva.

*\*O autor é jornalista. Especial para o SindCT*

**CATÁSTROFES DE CARAGUÁ (SP) E SERRA DAS ARARAS (RJ) COMPLETAM CINQUENTA ANOS**

# Duas grandes cicatrizes na memória nacional

**Rememoração de tragédias de 1967 joga luz nos desafios da gestão de riscos de desastres naturais. Insuficiência dos programas habitacionais e desmatamento, conjugados a eventos climáticos extremos, continuam a provocar deslizamentos, enchentes e mortes**

**Pedro Biondi\***

“Meu marido não aparecia. Dez da noite ele chegou, coitado. *Bebinho*, só de *short*, porque ele jogou toda a roupa para socorrer o pessoal. E meu primo tinha morrido, morreu embaixo da casa. O morro caiu em cima da casa dele, matou ele e três crianças, ela na hora de ganhar nenê”.

O testemunho da aposentada Zita Alves Correa, no documentário *Caraguá: da catástrofe ao progresso*, é apenas uma amostra do que aconteceu a milhares de famílias de Caraguatatuba em março de 1967, quando grande parte do município

paulista foi soterrada. No mesmo ano, também a Serra das Araras, no Rio de Janeiro, passou, dois meses antes, por um desastre natural dentre os maiores da história do país. No que diz respeito às vidas perdidas — teriam sido 1.700 — este vem sendo considerado o pior de todos. Porém, convém lembrar que tais números sempre são estimativas, uma vez que grande parte dos corpos nunca é encontrada.

Em ambas as tragédias, as imagens registram carros e camionetes tombados, ônibus arrastados até o mar, uma profusão de árvores arrancadas, corpos em decúbito dorsal, crianças em abrigos, filas para obter víveres. Nas duas, o acesso por estrada sofreu interdição, houve interrupção no abastecimento e bairros inteiros ficaram isolados.

Outro ponto em comum foi que, ao lado de problemas mais conhecidos, como deslizamentos, a chuva intensa provocou enorme volume de corridas de detritos, também chamadas corridas de massa ou fluxos de lama e detritos. Trata-se de movimentos de massa extremamente rápidos e desencadeados por um intenso fluxo de água na superfície, em

que o material superficial do solo escoava encosta abaixo em forma de uma corrente viscosa. Esse tipo de movimento, de acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), tem extenso raio de ação e alto poder destrutivo.

Mais uma similaridade é verificada no presente: áreas ainda marcadas pelas cicatrizes da natureza foram novamente ocupadas por casas e barracos. Talvez para lembrar que persistem questões como a desigualdade social e um grave déficit habitacional no país.

## Memória

Cinquenta anos depois, as duas catástrofes foram lembradas por uma série de eventos e reportagens. A de Caraguá foi tema de exposição, que deve ser remontada em novembro, e solenidades. No dia 17 de março, sobreviventes e instituições que ajudaram no socorro às vítimas receberam a “Comenda Thomaz Camanis Filho”, nome do radioamador que conseguiu veicular mensagem avisando da situação da cidade. No dia 18, missa homenageou as vítimas e as moradoras e

Arquivo Municipal de Caraguatatuba



**Casas em ruínas após a enchente**



**Comunidade engajada na construção emergencial de ponte**

moradores que ajudaram a salvar vidas. Presidida pelo bispo Dom José Carlos Chacoroswki, com presença do prefeito Aguilar Junior, a celebração incluiu a entrega de uma placa simbólica do Memorial do Cinquentenário, que está em construção.

No meio da semana dedicada à memória, no dia 15, um temporal desabrigou famílias e pôs Caraguá em estado de alerta. Um acontecimento de dimensões bem menores, mas que reavivou o trauma. De qualquer modo, nos últimos 15 anos, houve um aumento considerável na estrutura e na inteligência em torno do tema.

Em 2005, o governo federal criou o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), focado em ações estratégicas de preparação e resposta a desastres. Em 2008, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) lançou o Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Sismaden). No final de 2011, após nova tragédia

— desta vez na Serra Fluminense e outra das mais graves de nossa história — começou a operar o Cemaden, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de responsabilidades complementares ao Cenad. Foram mais de 8 mil alertas emitidos desde então.

Em 2012, a Lei 12.608 instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e detalhou o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec).

Ainda que esse arcabouço venha permitindo salvar pessoas e bens, a insuficiência dos programas habitacionais, que empurra a população pobre para as áreas de risco, bem como o desmatamento e outros danos impostos aos morros e várzeas, conjugados ao aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos extremos, continuam a provocar escorrega-

BRASIL



Folhapress

Depois do desastre, criança aguarda em meio a pertences

mentos, enchentes e afins — e expõem a contribuição humana escamoteada na nomenclatura “desastres naturais”.

O tecnologista e pesquisador do Cemaden Tulus Dias Nery puxa da memória inundações e ocorrências de movimentos de massa expressivos nos últimos dez anos: Vale do Itajaí (SC), em 2008; Angra dos Reis (RJ) e São Luiz

do Paraitinga (SP), 2009-2010; Rio de Janeiro, 2011; Cubatão (SP), 2012; Itaoca (SP) e o Espírito Santo como um todo, 2013; Salvador, 2015; Alagoas e Pernambuco, 2017. “Ou seja, um evento grande em todas as localidades do país”, observa. “Se pegarmos Caraguatatuba como exemplo, a rede de monitoramento e os dados disponíveis aumentaram bastante, mas a

população também cresceu de forma a ocupar áreas inundáveis na baixada e áreas nas encostas”.

No seu doutorado, o geógrafo produziu tese focada naquele evento e nas características das bacias do município, combinando dados disponíveis e cálculos experimentados por outros pesquisadores para oferecer um modelo de previsão de corridas de detritos. Nery evita cravar a possibilidade de uma hecatombe como a de 1967, ressaltando o receio de ser alarmista.

A seu ver, é preciso seguir na ampliação da rede, monitorando também locais não povoados para entender melhor tais processos; consolidar o banco de dados com a memória de onde e quando ocorreram; trabalhar a percepção de risco pela população, para que cada pessoa da comunidade saiba quando um desastre está prestes a ocorrer no seu bairro; e aprimorar a gestão compartilhada. “No Japão, tudo é participativo. Crianças conhecem o risco da sua região. As pessoas entendem o papel de cada parte na prevenção e na assistência. Aqui, a gestão é compartilhada, mas é cada um no seu quadrado”, conclui.



Fernanda Soares

Tulus Nery, do Cemaden

Rede em risco

O Cemaden informa contar hoje com mais de 4 mil pluviômetros em sua rede de informações e 35 radares meteorológicos (dos quais nove próprios), além de imagens em tempo real de um satélite americano. A rede inclui também dez estações robotizadas para pesquisa em deslizamentos, 100 prismas para monitoramento de encostas, 301 estações hidrológicas, 100 estações agrometeorológicas e 550 sensores de umidade do solo e precipitação.

O sistema permite, assim, processar mais de 4 mil informações de diversas partes do país, transformadas em dados atualizados a cada dez minutos, para o acompanhamento do que acontece nos 958 municípios em que

o risco de desastres é maior, onde está 90% da população mais vulnerável do país.

Em julho, o Cemaden foi um dos signatários da carta em que os institutos do MC-TIC alertaram para o risco de colapso caso mantido o contingenciamento de 44% de seus recursos, decretado pelo governo Temer. De acordo com o portal do *Estado*, o diretor Osvaldo de Moraes relatou risco para a manutenção da rede que embasa os alertas. Essa atividade-fim custa R\$ 15 milhões ao ano, e o centro teve a dotação orçamentária para sua atuação como um todo reduzida de R\$ 33 milhões para R\$ 18 milhões. “Estamos cortando na pele tudo que é possível para manter os nossos serviços funcionando”, disse Moraes ao jornal.

## Psicologia para evitar o “segundo desastre”

Roda de conversa sobre o tema em Caçapava (SP), em agosto, lançou o livro *O psicólogo na redução de riscos de desastres: teoria e prática*. Organizada por Daniela da Cunha Lopes e Olavo Sant’Anna Filho, a publicação busca contribuir para o entendimento do papel desses profissionais num campo que reúne hidrólogos, climatologistas, geólogos, geógrafos, meteorologistas e engenheiros.

Colocando os efeitos psicossociais (“segundo desastre”) ao lado daqueles causados à economia e à infraestrutura, os organizadores destacam que o interesse e a preocupação com o tema das emergências e desastres cresceram a partir da visibilidade das discussões sobre os impactos das mudanças climáticas.

“A sociedade brasileira parece estar adquirindo maior consciência da importância de seu envolvimento de maneira proativa na preservação ambiental, na prevenção

e na preparação para enfrentar riscos — enfim, na redução dos riscos de desastres”, avaliam. De acordo com Lopes e Sant’Anna Filho, esses fenômenos complexos e multidimensionais, ao causar morte, sofrimento e desequilíbrios, impactam a estrutura social das populações afetadas, bem como a saúde física e mental dos atingidos — indiretamente, toda a sociedade. O livro dedica capítulos a casos como os de Mariana e Caraibas (MG) e

Petrópolis (RJ).

O Conselho Federal de Psicologia atualizou, em dezembro, as orientações para a atuação profissional aplicada a emergências e desastres. Partindo das novidades institucionais e de legislação, a nota técnica ressalta a importância de garantir que atenção psicossocial e saúde mental sejam contempladas no plano de contingência, de forma articulada com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

ONDA POLÍTICA DE EXTREMA-DIREITA AMEAÇA O PAÍS

# Conservadorismo é a nova moda?

**A escalada moralista e reacionária fecha exposições de artes visuais, proíbe peças de teatro, prende atores, intimida militantes e tenta até cassar título concedido ao falecido educador Paulo Freire**

**Cristina Charão e Antonio Biondi**

O conservadorismo O brasileiro definitivamente “saiu do armário” neste último mês.

Primeiro, nos corredores e salas do Congresso Nacional, atacando “no varejo” os direitos das minorias — mulheres, negros, LGBTQ, pobres, crianças inclusive — e promovendo cruzadas midiáticas contra todo e qualquer grupo ou pessoa que os defendesse. Depois, abraçou a pauta da moralização da política nacional, ajudando a embalar o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff com discursos de criminalização das esquerdas e a disseminação de ideias ultranacionalistas, incluindo a “intervenção militar” e até mesmo a volta da monarquia.

Em seguida, o conservadorismo tornou-se ponta de lança na propaganda contra os “privilégios” dos trabalhadores, que preparou o terreno para a apresentação e aprovação de retrocessos no atacado, como a PEC 55 (“PEC da Morte”) e a reforma trabalhista. Agora, sem mais pudores, fecha exposições de artes visuais, proíbe

peças de teatro, prende atores, intimida militantes do movimento negro, atira da sacada do apartamento contra moradores de uma ocupação, ergue banner gigante defendendo a ação das Forças Armadas. E tenta até cassar o título de patrono da educação brasileira, concedido pela lei 12.612/2012 ao falecido Paulo Freire, pedagogo internacionalmente respeitado por suas reflexões e pelo método de alfabetização de adultos que desenvolveu.

A escalada conservadora não ocorre exclusivamente em território nacional. As tochas, símbolos nazistas e cânticos ultranacionalistas registrados na marcha organizada por grupos supremacistas brancos em Charlottesville, nos Estados Unidos, deixavam claro o alcance do fenômeno já em agosto. Na última semana de setembro, outro sinal: o partido Alternativa para a Alemanha, agremiação ultraconservadora islamofóbica que faz campanha anti-imigração, ficou em terceiro lugar nas eleições e conquistou 90 vagas no parlamento. É a primeira vez desde a Segunda Guerra que um partido de extrema-direita consegue participar da vida parlamentar na Alemanha.

Se o processo é mundial, no Brasil ele tem características específicas. “Nós temos, evidentemente, a construção de uma cultura de violência, de conservadorismo e de preconceito historicamente no nosso país. Isso se agrava ainda mais quando você tem o monopólio das comunicações em que o direito de voz e conseqüentemente a construção de opinião pública e de valores sociais está

nas mãos de pouquíssimos”, opina Guilherme Boulos, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente Povo Sem Medo. “Aquilo que já existia, ganhou uma expressão pública maior e gente que tinha até um receio, uma trava, uma vergonha de falar disparates, perdeu a vergonha na cara e passou a dizê-los à luz do sol, em praça pública”

É preciso considerar ainda que o golpe e a crise econômica formam um caldo de cultura perfeito para esta ascensão dos conservadorismos de toda ordem. “A frustração da população com os resultados efetivos da política cria e gera um terreno fértil para estas propostas de extrema-direita, profascistas”, avalia o deputado federal Henrique Fontana (PT-RS). Esta frustração tem como origem principal a falta de soluções para a desigualdade social. “Como alerta Thomas Pikety, o ambiente de crescimento da desigualdade é um ambiente muito propício para o crescimento de opções extremistas de direita, onde as pessoas, na dificuldade de encontrar soluções, abraçam pautas que não vão ao problema fundamental das suas vidas”.

## Fascismos

O próprio golpe parlamentar vivido no Brasil alimenta-se deste descrédito das instituições democráticas que não dão conta de solucionar as desigualdades. Por outro lado, ele também ajuda a adubar o solo onde nascem os fascismos, seja por atacar diretamente direitos dos trabalhadores con-

tribuindo para aumentar a injustiça social, seja com a flexibilização das regras democráticas.

O fato de um golpe militar tornar-se desejo expresso por muitos é, talvez, o exemplo máximo desta percepção extremista. “Num ambiente de democracia desvalorizada é que crescem alternativas como esta”, comenta o deputado Fontana. Alternativa que acabou ganhando contornos mais concretos após a realização de uma palestra do general de quatro estrelas Antônio Hamilton Mourão, em que defende claramente que as Forças Armadas deverão intervir caso o Judiciário não retire “da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos”.

Uma semana depois, um pequeno grupo ligado ao autodenominado Movimento Patriótico homenageou Mourão, estendendo em frente ao Congresso Nacional um banner de dez metros de altura com a foto do general e agradecendo aos

“militares por nos salvar”. Já no período pré-impeachment, era comum ver um gigantesco boneco inflável do general Mourão no protestos anti-Dilma.

Mourão não recebeu nenhuma punição. Ao contrário, foi defendido pelo comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, que afirmou não enxergar quebra de hierarquia e afirmar que a Constituição dá aos militares a prerrogativa da “defesa das instituições, dos poderes constituídos” diante da “iminença de um caos”.

“É muito grave a fala do general Mourão e foi muito negativamente repercutida pelo comandante. Nós não podemos aceitar que o Brasil retroceda a uma ideia em que os governos não sejam constituídos de forma democrática, pelo voto do cidadão e que todos participem com seu conjunto de ideias para fazer a disputa”, comenta o deputado Fontana. “Nós precisamos responder com mais democracia,





BRASIL



Deputado Henrique Fontana (PT-RS)



Guilherme Boulos, do MTST

com o fortalecimento de mecanismos de participação da sociedade no que a gente pode chamar de uma revalorização da democracia.”

**Antipolítica**

Ao mesmo tempo, o dis-

curso antipolítica nascido da grita moralista que nasce das iniciativas de combate à corrupção, aliado ao processo agudo de ataque às esquerdas também torna mais fértil o terreno dos fascismos. Não por acaso, um dos registros mais evidentes de atuação de

grupos neonazistas mistura justamente os elementos do racismo, da intolerância religiosa e da criminalização dos movimentos sociais.

Em Blumenau (SC), a porta e os postes na rua da casa do advogado e ativista do movimento negro Marco Antônio André amanheceram, no dia 25 de setembro, com cartazes fazendo ameaças diretas a ele. Ao lado de imagens que remetem à Ku Klux Klan, os dizeres “Negro, comunista, antifa[scista] e macumbeiro: estamos de olho em você”. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil.

Já em São Bernardo do Campo (SP) não foram apenas ameaças. A enorme ocupação por moradia “Povo Sem Medo”, que conta com 7 mil famílias, foi atacada a tiros. O autor dos disparos foi um morador de um condomínio de luxo vizinho ao terreno ocupado. Uma pessoa foi ferida no braço.

O caso em si é extremamente preocupante, pois demonstra o alcance das ideias profascistas e como elas reverberam em determinados grupos sociais. “A construção desse discurso de criação do inimigo faz com que um cidadão se sinta muito mais à vontade de ir lá na sua sacadinha e meter bala contra

o sem teto que está lá embaixo”, diz Boulos. “Porque aquilo não é gente na cabeça dele. Aquilo são os vagabundos, os corruptos, os que querem vantagem, os que querem facilidades. É claro que esse clima social facilita as condições para um crime como o que ocorreu em São Bernardo do Campo”.

**Arte x moralismo**

Nos mais recentes episódios de cunho fascista no Brasil, a intersecção entre momento político e ascensão conservadora fica mais evidente e até mais concreta. Os diversos grupos de direita que até o momento agiam em causas comuns, mas de forma separada — evangélicos, ultranacionalistas e movimentos ditos “liberais” surgidos na esteira dos processos de 2013 e 2016, além de lideranças de partidos tradicionais da direita — demonstram unidade nos ataques moralistas a exposições, obras de arte e peças de teatro (conheça alguns casos no quadro abaixo).

A forte ligação entre estes grupos políticos e o governo Temer permite especular que seja uma tática diversionista num momento em que o presidente tem a sua pior avaliação (é desaprovado por 97%

da população) e enfrenta uma segunda denúncia da Procuradoria Geral da República pelos crimes de obstrução de justiça e organização criminosa.

Porém, é preciso considerar também que este caldo de cultura conservadora tende a ser determinante no processo eleitoral de 2018. Daí a necessidade de, por um lado, testar os temas que podem render apoios e votos de diversos públicos identificados com as pautas da moral e dos bons costumes. Não por acaso, pré-candidatos como Jair Bolsonaro e João Dória Jr. tentam surfar nesta onda. Por outro lado, é também um trabalho para moldar as redes sociais para este cenário de 2018, em processo semelhante ao que já se pôde verificar na eleição de Donald Trump.

Para Boulos, os ataques precisam de resposta. “É evidente que quando nos colocam na defensiva, nós temos de nos defender, mas defensiva e ofensiva não são contraditórias”, destaca. “Ao mesmo tempo em que você combate o avanço de um conservadorismo, que você combate uma regressão brutal nos direitos sociais, é possível construir, debater um novo projeto de país”.

## Cenas de um Brasil profascista

**Queermuseu fechada**

A exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* reunia, no Santander Cultural de Porto Alegre, 270 trabalhos de 85 artistas com obras que abordam LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual. Durante os 30 dias em que esteve em cartaz, foi alvo de ataques diversos de “ativistas” que usaram as redes sociais, especialmente vídeos no YouTube e Facebook, para acusar a exposição de “promover a zoofilia e a pedofilia”. Foi fechada no dia 10 de setembro por decisão da direção do Santander, que chegou a pedir desculpas a quem pudesse se sentir ofendido pelo conteúdo da mostra. As reações à censura foram diversas, de ato realizado em Porto Alegre à projeção das obras em museus de Nova York.

**Obra recolhida**

Quatro dias depois do fechamento da Queer-

museu, deputados estaduais do Mato Grosso do Sul denunciaram à polícia a exposição *Cadafalso*, da artista plástica Alessandra Cunha Ropre, em cartaz no Museu de Arte Contemporânea de Campo Grande (Marco). Novamente, a acusação era de apologia à pedofilia. O quadro intitulado “Pedofilia” chegou a ser apreendido pela polícia.

**Peça censurada**

No dia 15, Jundiá deveria receber a peça *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu* como parte da comemoração da 4ª Semana da Diversidade Sexual. Mas uma ordem judicial suspendeu a exibição por atentar contra princípios religiosos e ofender a moral. O monólogo, escrito pela escocesa Jo Clifford, narra a história de Jesus na interpretação de uma travesti. A peça foi apresentada quatro dias depois em Porto Alegre e também foi alvo de uma ação. Desta vez, no entanto, o

juiz José Antonio Coitinho não concedeu a liminar e afirmou em sua sentença que “a liberdade de expressão tem que ser garantida – e não cerceada – pelo Judiciário”.

**Performance sob ataque**

Na última semana de setembro, o Movimento Brasil Livre (MBL), que já havia capitalizado para si os acontecimentos na Queermuseu, publicou fotos e vídeos em que uma criança participa, com a sua mãe, da performance *La Bête*, no Museu de Arte Moderna (MAM), em que um ator está nu. Novamente, a acusação é de pedofilia. Pequenos grupos realizaram protestos em frente ao museu e chegaram a agredir fisicamente os funcionários. Um abaixo-assinado nas redes pede o fechamento do MAM.

(Cristina Charão)

## ACOLHIMENTO DE PESSOAS VULNERÁVEIS

# Associação “resgata vidas” em Caçapava

**O projeto Resgatando Vidas oferece aulas de artes marciais a cerca de 300 pessoas por mês. Há semanas, um grupo de 25 atletas participou da Copa do Mundo Olímpica de Jiu-jítsu no Rio de Janeiro e trouxe 21 medalhas**

**Angela Lima\***

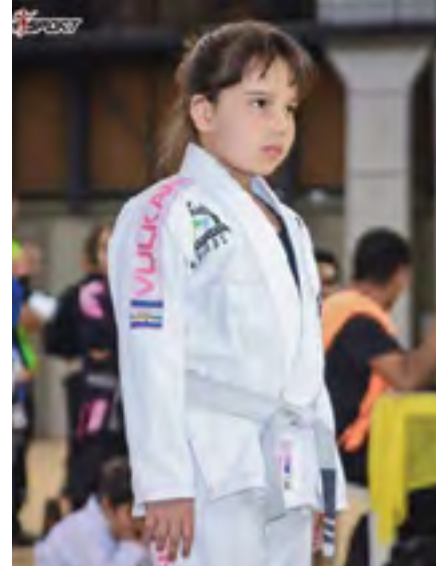
Quando se conhece a Associação Resgatando Vidas, em Caçapava, é impossível não sentir a força do altruísmo e da solidariedade. Idealizado por Robson Paiva do Amparo, 41 anos, o projeto tem como fundamento o “resgate” e acolhimento de crianças, de jovens e de adultos vulneráveis socialmente, por intermédio do ensino das artes marciais.

A associação, que surgiu em 2009, atende hoje cerca de 300 pessoas por mês. No local, crianças, homens e mulheres dividem o espaço para o aprendizado e prática das artes milenares do muay thai, jiu-jítsu, kung fu, karatê e taekwon-do. Para Robson, que é “faixa-preta” no jiu-jítsu e também professor, o princípio do Resgatando Vidas deve seguir a máxima de que todos são iguais. Partindo desse princípio, não há discriminação de credo, idade, raça ou de cunho social. Assim, ele pretende receber alunos portadores de necessidades especiais e antecipa: não haverá turma separada. “A inclusão será verdadeira e um aprendizado para todos”, diz.

A única exigência é que a disciplina e o respeito que norteiam as artes marciais devem fazer parte da vida cotidiana. Desta forma, ele acompanha a vida escolar, familiar e até social dos



**Alisson Fabiano na Copa do Mundo: novo desafio vencido**



**Sofia Vitória: concentração antes de obter a medalha de ouro**

alunos. As falhas cometidas fora não passam despercebidas dentro da Associação. A história do projeto garantiu a Robson ser um dos escolhidos para carregar a Tocha Olímpica, nas Olimpíadas de 2016, realizadas no Rio de Janeiro. O momento foi eternizado num quadro que fica na entrada do projeto.

Além de “resgate de vidas”, como propõe o projeto, há os resultados esportivos vitoriosos que transformam-se em medalhas. Em setembro, um grupo de 25 atletas da Associação Resgatando Vidas participou da Copa do Mundo Olímpica de Jiu-jítsu, no Rio de Janeiro. Depois de uma madrugada inteira dentro de um ônibus, sem descanso, eles conquistaram 21 medalhas. A participação só foi possível porque foram isentados da taxa de inscrição e contaram com apoio do Exército, que cedeu o ônibus. Em julho já haviam conquistado no Mundial de Jiu Jitsu, no Ibirapuera, em São Paulo, 17 medalhas.

O resultado surpreendente é contado por Alisson Fabiano do Nascimento Santos, 18 anos, faixa-azul de jiu-jítsu e um dos medalhistas. Ele carrega uma história de desafios na vida

pessoal que também foram vencidos, a começar pela sua própria trajetória, que mescla abandono e violência. Apesar do enredo, Alisson descreve a vida com leveza e certa resignação. Fala das medalhas com orgulho e conta seus planos: cursar uma faculdade de Educação Física; retirar seus irmãos menores da Casa Abrigo, onde morava até ir para a Associação; e continuar o trabalho do professor.

Para Alisson foi imprescindível contar com o apoio da Associação, tendo em vista que viveu a maior parte da vida na Casa Abrigo. “Aqui é meu pilar”, resume. Ele vive hoje no pequeno alojamento, na sede do projeto, onde há um quarto com uma cama beliche, que divide com o fiel amigo Marcelo Rodrigo da Silva, 18 anos que há seis anos treina regularmente. Também ex-morador da Casa Abrigo, Marcelo descreve o prazer propiciado pela prática das artes marciais e sonha em ser lutador profissional e continuar ajudando no projeto. Ambos atuam como professores auxiliares.

## Precariedade

Robson iniciou o projeto

oferecendo algumas aulas de arte marcial à comunidade católica onde desenvolvia o trabalho de evangelização. Ele conta que questionava-se como poderia transformar a realidade ao seu redor. Acreditava que o esporte, e mais especificamente as artes marciais, possibilitariam disciplina, convivência harmoniosa e valores de solidariedade. Lembra que a precariedade das aulas, no início, sem ao menos ter tatame, e ao mesmo tempo o evidente potencial e empenho das crianças, o impressionavam. No entanto, contar com um local adequado para as atividades parecia distante e esbarrava na falta de recursos financeiros para transformar o sonho em realidade.

Mas mesmo sem recursos regulares o sonho virou realidade. Embora o projeto continue sem financiamento oficial, vivendo apenas de doações pontuais, a Associação Resgatando Vidas hoje é algo concreto. Basta chegar à Rua Joaquim Gurgel, na Vila Menino Jesus, para constatar o clima de descontração e comprometimento dos alunos. É nessa rua de um bairro humilde e sem equipamentos de lazer que o projeto acontece de verdade.

Robson gosta de falar da “Providência Divina” para explicar como é possível a manutenção da Associação que completa oito anos sem recursos oficiais. Ele próprio, que era dono de uma escola de informática, fonte de sustento da família, não hesitou em largar tudo e apostar no sonho.

Encontros mensais com venda de mini-pizzas, comercializadas pelas famílias dos próprios alunos e colaboração de “amigos fiéis” que ajudam mensalmente com pequenas quantias, somados à contribuição de alguns alunos, que quando podem doam 30 reais, é o que garante a cobertura da maioria dos gastos. A aluna Laura Júlia Gomes, de 15 anos, que treina regularmente há dois anos, conta que quando pode contribui com essa quantia. Laura tinha problemas relacionados ao colesterol alto, que graças ao seu ingresso na associação ficaram para trás. A Resgatando Vidas, diz ela, tornou-se a extensão de sua família.

O auxílio também surge dos professores e voluntários, como José Nilson da Silva, de 47 anos, que pratica esporte pela primeira vez na vida e está construindo na associação um banheiro destinado aos portadores de necessidades especiais. Silva é morador do bairro e aluno disciplinado. Para ele, que se tornou medalhista, ter conhecido o projeto foi crucial para mudar o estilo de vida, deixando de lado o cigarro e o álcool.

Por fim, Robson aguarda ansioso o título de Utilidade Pública que lhe permitirá requerer à Prefeitura de Caçapava o repasse de uma verba mensal para manter o projeto. Contato: 012 981236505

*\*Jornalista. Especial para o Jornal do SindCT*

ENTIDADES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS ATUAM JUNTAS PARA RECUPERAR PATRIMÔNIO HISTÓRICO

# Galpão Estação Cidadania une história e realizações culturais

**Datadas de 1887 e abandonadas desde 1999, as instalações que pertenceram à Estação da RFFSA são transformadas em local voltado a manifestações de cultura popular**

**Fernanda Soares**

Um galpão que integra o complexo da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em São José dos Campos e estava abandonado desde 1999 vem sendo objeto de um processo de revitalização. Três instituições da cidade solicitaram o local à Secretaria de Patrimônio da União, por meio do Programa de Destinação do Patrimônio da extinta RFFSA para Desenvolvimento Local. A finalidade é transformar o local num espaço de cultura e lazer, além de preservar o patrimônio histórico

Atualmente, estão instaladas no Galpão as seguintes entidades:

- Associação dos Inscritos no Programa Habitacional de São José dos Campos (ASSIPHSJC), que tem por finalidade detectar, estudar e propor soluções aos problemas da comunidade, articulando junto ao poder público, no sentido de solucionar adequadamente as demandas apresentadas.

- Centro Dandara de Promotoras Legais Populares – promove os direitos da cidadania, direitos individuais e coletivos e direitos humanos, focando as desigualdades decorrentes das relações de gênero, raça/etnia, orientação sexual e



Fotos: Moova Produções

socioeconômicas através da criação de programas, serviços, projetos e equipamentos sociais que atendam as políticas básicas de assistência social, educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e qualificação.

- Companhia Cultural Velhus Novatus – desenvolve projetos e ações sociais, culturais e educacionais, potencializando a cidadania cultural, além de ter na cultura popular da cidade de São José dos Campos e no Vale do Paraíba, sua inspiração para os projetos desenvolvidos

As três instituições agregam outros movimentos sociais, como a Central de Movimentos Populares (CMP), que tem realizado a guarda do local, e a Moova Produções Criativas. Esta última, criada por quatro jovens (Matheus Estevão, Dessana Andrade, Daniel Mendes e Gabriel Santana), foi responsável por organizar um bem-sucedido festival em julho.

O espaço, antes utilizado para o consumo de drogas ilícitas, hoje promove

ações de interesse público e coletivo, já tendo realizado a exibição de filmes e documentários, ensaios de atividades culturais, encontros de movimentos sociais e realização de *workshops*. Marcela de Andrade, diretora-executiva do Centro Dandara, avalia que a preservação deste patrimônio histórico pelos grupos que ocupam o galpão é a maior contribuição que se pode dar à história da cidade.

## Atividades

O rol de atividades oferecidas pela Companhia Cultural Velhus Novatus impressiona por sua diversidade: segunda-feira: Capoeira Angola, HQ – História em Quadrinhos e Ensaios do espetáculo “Memórias de Sant’Anna”; terça-feira: Circo, Percussão e Workshop e Pesquisas do Projeto Estação (Teatro); quarta-feira: Capoeira Angola, Flauta Doce, Ensaios do espetáculo “Velhus Causus”; quinta-feira: Danças Urbanas, *Workshop* e Pesquisas do “Projeto Estação” (Teatro); sexta-feira:

Maracatu; sábados: Teatro, Dança e Música para deficientes, Samba Rural.

Além das oficinas, também são organizadas palestras de temas variados, tais como “Construir para voar” (Luiz Ramos), “Criação de personagem” (Magô Pool), “A valorização da imagem” (Sérgio Gurgel), “Desmistificando a linguagem musical” (Alexandre Ulbanere), “Desperte seu olhar para o mundo através da fotografia” (Alexon Bilhoto), “A arte da fotografia” (Ana Ribeiro), “Escrita” (Kátia Zanvetor).

Para Wangy Alves, da Companhia Cultural Velhus Novatus, além de preservar parte da memória joseense, esse novo espaço permite à população ter acesso mais fácil à arte e à cultura regionais, além de propiciar ocasiões de reflexão da sociedade, durante as noites culturais.

## “Arte no Trilho”

Em julho deste ano, um festival promovido no Galpão Estação Cidadania marcou oficialmente a criação de um espaço popular

de arte e cultura na cidade. Participaram do festival mais de 500 pessoas, que puderam assistir a peças de teatro, shows, exposições, poesias, além de participar de *workshops*.

Segundo Matheus Estevão, um dos criadores da Moova, a cena cultural de São José dos Campos é bem fechada. “Existem muitos artistas que não são incluídos em alguns eventos e sempre os mesmos estão em evidência. Partindo deste princípio, nós, como produtores e artistas, decidimos criar um festival que abraçasse a todos! É que desse oportunidade também para as mulheres, que são excluídas dos palcos da cidade”.

O Festival Arte no Trilho foi realizado com a colaboração de 200 artistas voluntários, apresentando 72 projetos em prol da cultura regional. Devido à diversidade, foi classificado como o maior festival cultural independente de São José dos Campos. O sucesso foi tão grande que a produtora Moova já pensa em organizar uma segunda edição em 2018.

GOVERNO VAI PRIVATIZAR 57% DA CAPACIDADE DO SATÉLITE

# Novo adiamento do leilão do SGDC mantém aceso o debate sobre a entrega do patrimônio nacional

**“A questão central é o desvirtuamento do uso do satélite.**

**A justificativa para investir R\$ 2,7 bilhões nisso era garantir acesso à Internet para quem não tem”, diz Bia Barbosa, do Intervozes**

**Antonio Biondi e Napoleão de Almeida**

A Telebras adiou novamente o leilão de parte da capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Segundo a própria, “diante de novas solicitações apresentadas pelas empresas interessadas na capacidade em banda Ka do SGDC, a Sessão de Recebimento dos Envelopes foi adiada para o dia 17 de outubro de 2017”.

O leilão estava marcado para 27 de setembro depois de já ter a adiada a primeira data, de 28 de agosto. A Telebras não revelou ao *Jornal do SindCT* quantos envelopes já recebeu até o momento. De acordo com o portal *Teletime*, a Telebras realizou *roadshows* para exibir o satélite a interessados no Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, recebendo empresas internacionais nos eventos.

Idealizado no governo Dilma Rousseff após as revelações de Edward Snowden, ex-funcionário da CIA (a Central de Inteligência e Espionagem dos EUA), de que as comunicações do governo brasileiro estavam sendo rastreadas pelos americanos, o SGDC foi



Divulgação/MCTIC



planejado para servir à população brasileira, mas deverá ter mais da metade de sua capacidade nas mãos de investidores estrangeiros. O leilão pretende oferecer 57% do uso do Satélite à iniciativa privada, sem contrapartidas claras de como isso irá colaborar na intenção inicial de levar banda larga à população de áreas isoladas, em comunidades na Amazônia ou no sertão.

Já foi um recuo nas intenções iniciais do grupo de Michel Temer desde que assumiu a República. Antes, o SGDC teria 79% de sua capacidade entregue

por Temer a grupos econômicos privados. Com o recuo diante de ações na Justiça, questionamentos de parlamentares e pressão da sociedade civil, o leilão agora irá oferecer 57% desta capacidade.

## Fôlego

Em Brasília, comentase que os adiamentos do leilão tenham a ver com a saída recente de Antônio Loss da presidência da Telebras. Loss foi substituído interinamente por Jarbas Valente no mês de julho, e Valente ainda não estaria

totalmente integrado ao cargo. Para a jornalista Bia Barbosa, da coordenação do Intervozes e da coalizão Direitos na Rede (com 30 organizações da sociedade civil que questionam a mudança de destinação do uso do SGDC), os adiamentos dão fôlego ao combate em prol do uso popular do satélite, mas ao mesmo tempo desperdiçam um valioso período em que ele já poderia estar ajudando comunidades carentes.

“É interessante por um lado, pois estamos questionando na Justiça [o leilão], mas por outro lado o

satélite está lá em cima sem uso”, analisou, para seguir cobrando: “Botando parte desse satélite na mão da iniciativa privada, não tem como o programa original ser cumprido. Mais de 2.000 municípios não têm Internet de qualidade. As escolas distantes não vão ter a conexão com o mundo idealizada no projeto inicial do SGDC. Serão mantidas no atraso por conta de medidas como essa”.

Outra batalha é pela soberania nacional em informações. Desde os questionamentos de Snowden, o Brasil passa recibo de sua fragilidade em termos de comunicação militar. No entanto, lideranças como o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-dor Nivaldo Rossato, não demonstram desconforto com a questão. “O controle dos canais de comunicação permanece conosco, inclusive com prerrogativas de veto”, garantiu Rossato em audiência pública no Senado em setembro.

O depoimento do comandante da Aeronáutica reforça o projeto do governo de repassar, de mão beijada, parte da capacidade do SGDC à iniciativa privada, mesmo de outros países. “Fragiliza quando um setor que é preocupado com a agenda da segurança nacional afirma que não há nenhum risco de acesso a essa banda. Isso joga mais um elemento, favorece a teoria de privatização”, diz Bia Barbosa, observando: “A questão central é o desvirtuamento do uso do satélite. A justificativa para investir R\$ 2,7 bilhões nisso era garantir acesso à Internet para quem não tem”.